

Economia



MINHA CASA MINHA VIDA

Governo anuncia construção de 112 mil moradias

Previsão é que sejam beneficiadas mais de 440 mil pessoas em áreas rurais e urbanas



R\$15,7 BILHÕES

GASTO IMEDIATO

Pressionado, governo dá aval a mudança no arcabouço fiscal para garantir recursos

VICTÓRIA AREL, RENATA AGOSTINI, ELIANE OLIVEIRA E JOÃO RODRIGO NETO
economia@globo.com.br

Pressionado por parlamentares e por servidores em busca de reajuste salarial, o governo Lula patrocinou a primeira mudança nas regras do arcabouço fiscal menos de um ano depois de o conjunto de regras para as contas públicas ter sido aprovado pelo Congresso Nacional, em agosto de 2023. A Câmara aprovou no fim da noite de terça-feira a antecipação de um gasto extra de R\$ 15,7 bilhões neste ano. O dispositivo foi inserido no projeto que recria o seguro obrigatório para vítimas de acidentes de trânsito, o DPVAT, e ainda precisa passar pelo Senado, onde senadores avaliam que será aprovado com facilidade. Especialistas criticaram as mudanças, vistas como um sinal negativo para a regra fiscal. A proposta foi aprovada após articulação da Casa Civil, comandada por Rui Costa, O ministro da Fazenda, de Fernando Haddad, não se opôs à mudança. A Fazenda, no entanto, vai trabalhar para segurar a criação de novas despesas. O time de Haddad não conta, por exemplo, com a liberação de todo o recurso planejado pelo Congresso para emendas, de R\$ 5,6 bilhões.

AUMENTO DE ARRECAÇÃO
O arcabouço fiscal prevê que, em seu primeiro ano de vigência (ou seja, 2024), se houver um "excesso de arrecadação" na comparação com 2023, o governo poderia gastar mais. Esse gatilho, pelo texto original, seria acionado em maio, no segundo relatório de avaliação de receitas e despesas. Mas a emenda incluída no projeto do DPVAT antecipa esta data para o relatório de 22 de março, garantindo o gasto. O valor de R\$ 15,7 bilhões decorre da diferença entre o aumento real de despesas



Acordo na Câmara. Proposta que antecipa o gasto de R\$ 15,7 bilhões com mudança no arcabouço fiscal foi aprovada após articulação da Casa Civil em projeto que trata do DPVAT

previsto no Orçamento deste ano (1,7%) e o limite de crescimento real de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal (2,5%).

O acordo na Câmara foi uma solicitação do governo diante dos riscos de perda de receitas em maio, uma vez que o aumento de gastos ainda não é garantido para esse momento — enquanto que, pelo relatório de março, isso já está concretizado. A eventual perda de receita poderia anular esse crédito.

Além de um crescimento menor da arrecadação federal, há fatores de risco para as receitas do governo, como a agenda travada no Congresso. Nesta lista estão propostas como a manutenção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Pese), a redução de impostos para prefeituras e a medida provisória

"Independentemente do conteúdo da mudança, ela mostra a inclinação permanente por mais despesas e a vulnerabilidade do arcabouço"

Jefferson Bittencourt,
economista ASA Investments
e ex-secretário de Tesouro

que limita compensações tributárias. São assuntos que têm deixado o governo mais pessimista e preocupado com os resultados do próximo mês.

Como o desempenho de março foi positivo, o governo achou melhor garantir o pedido de recursos extras. Com a liberação do dinheiro, líderes

prevêm ainda que o governo ficará mais confortável em permitir a derrubada do veto às emendas de comissão, liberando um valor de R\$ 5,6 bilhões aos parlamentares. O valor havia sido vetado por Lula no início do ano, na sanção da Lei Orçamentária Anual. O dinheiro também pode ser usado para desburocratizar R\$ 2,9 bilhões no Orçamento e buscar espaço para reajustar salário dos servidores (leia mais sobre o assunto abaixo).

O secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, ressaltou que o dispositivo não altera a meta de déficit zero. — Não há mudança nos balizadores do arcabouço, e isso permite seguir a trajetória de ancoragem fiscal — disse o número 2 do ministro Fernando Haddad. — Não há qualquer efeito sobre a meta de déficit zero.

O secretário diz que a equipe econômica não gostaria de ver alterações nas regras fiscais, mas entende que o pactuado pelo governo preservou a ideia do arcabouço e evitou que houvesse uma pressão acuminada sobre os gastos.

— Os limites de gastos previstos no arcabouço seguem mantidos. O valor do gasto segue o mesmo — afirmou, enfatizando que não houve criação de uma nova despesa, mas o exercício de um dispositivo já previsto na legislação.

Para Pedro Schneider, economista do Itaú, a mudança é mais sinal para o arcabouço. — Não deixa de ser um sinal de preocupação, porque é um aumento de gastos numa economia que está rodando em déficit. A discussão ficou em torno de buscar um déficit zero (este ano), mas é preciso lembrar que o resultado para

estabilizar a dívida pública é um superávit cada vez maior — disse, durante o evento Macro em Foco do banco.

Tiago Shandorlette, da XP, afirma que a mudança é uma "mensagem muito ruim", pois o país acaba de aprovar um arcabouço, com regras de longo prazo. Ele lembra que, além da antecipação do gasto extra, ficou estabelecido que os gastos podem ser feitos por decreto, e não via crédito suplementar, que depende da aprovação do Congresso.

— O efeito prático é que o decreto é muito mais rápido, da velocidade para abrir o crédito adicional. O Executivo ganha uma autonomia maior.

'VONTADE DE ELEVAR DESPESA'

Silvio Campos Neto, economista sênior e sócio da Tendências Consultoria, disse que a mudança, a qual chamou de manobra, teve como fim permitir um aumento de gastos além do que estava previsto.

— Essa manobra não é algo que é bem recebida — disse. — Por mais que se espere a possibilidade de permitir uma

revisão no limite de despesas em algum momento, previsto no relatório de maio, a antecipação mostra essa ansia, essa vontade de elevar despesas. A gente sabe que é um ano eleitoral e o próprio Congresso quer esse aumento.

Para o ex-secretário do Tesouro Jefferson Bittencourt, da ASA Investments, o aumento da despesa em R\$ 15,7 bilhões, embora esperado pelo mercado, mostra o que chamou de "inclinação permanente" para gastar mais.

— Independentemente do conteúdo da mudança, ela mostra a inclinação permanente por mais despesas e a vulnerabilidade do arcabouço, que tem sido alterado sem compromisso com a previsibilidade das decisões de política econômica, com a estabilidade das regras e com a transparência das decisões — disse.

Esther Dweck quer usar espaço para reajuste de servidores

Haddad diz que Orçamento está fechado e avalia se será viável nos próximos anos

GERALDO DOCA, BERNARDO LIMA E ALEX CRIVATO
economia@globo.com.br

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, pretende usar uma parcela dos R\$ 15,7 bilhões, caso o dinheiro seja liberado, para conceder reajuste a servidores públicos federais. A prioridade é aumentar, neste ano, o salário de cerca de 200 mil servidores da educação, categoria que faz greve em algumas localidades.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por sua vez, disse ontem que a equipe econômica está fazendo os cálculos para ver se há espaço para reajuste aos servidores nos próximos anos. Ele acrescentou que, em 2024, isso não será possível, pois o "Orçamento está fechado".

O assunto foi discutido em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), instância do governo que toma decisões sobre o Orçamento e é formada pelos ministros da Fazenda, do

Planejamento, da Gestão e pela Casa Civil da Presidência da República. — Na verdade, ela (Dweck) apresentou cenários a cada ministério. Planejamento e Fazenda, sobretudo, vão desenvolver para a Casa Civil, que vai fazer um apanhado. É tudo desafiador, né? Temos que equacionar as contas públicas, tem votações importantes que vão acontecer semana que vem no Congresso — afirmou Haddad.

Em 2023, a equipe econômica concedeu um reajuste

de 9% para diversas categorias e enfrentou agora pressão para um aumento neste ano.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que Dweck está "fervilhando de problemas" e defendeu o direito de greve.

— Ela (Dweck) está fervilhando de problemas. Acho até que não devia ter deixado ela vir para cá, devia ficar negociando antes que a gente

receba de presente as greves — disse. — A gente pode até não gostar, mas (greves) são direito democrático dos trabalhadores. Não tenho moral para falar contra greve, nasci das greves. Então, sou obrigado a reconhecer.

A prioridade da equipe da Gestão é reajustar o salário de professores federais. O percentual de aumento para a categoria ainda será definido na mesa de negociação, mas a estimativa inicial é de um impacto de R\$ 1 bilhão nas contas públicas em 2024.

Para os demais carreiras do funcionalismo, o plano do governo é reajustar apenas os benefícios: auxílio-alimentação, de R\$ 658 para R\$ 1 mil (aumento de 51,9%); auxílio-saúde, de R\$ 144,38 para cerca de R\$ 215; e auxílio-creche, de R\$ 321 para R\$ 484,90.

O secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão, José Lopez Feijó, disse que vai realinhar a mesa de negociação com as diversas carreiras do funcionalismo até julho. Caso haja concordância dos servidores, o reajuste dos benefícios virá na folha de maio, paga em julho.

— Esperamos beneficiar a totalidade de servidores.



Haddad. Pasta está fazendo contas. Dweck. Seguinte Lula, 'fervilhando de problemas'

BRASIL, 10/04/2024